

5

Argumentação: atividade estruturante da linguagem

A língua, na sua atualização, representa e reflete a experiência em ação, as emoções, desejos, necessidades, a visão de mundo, valores, ponto de vista. A linguagem verbal é encontro e luta, é corpo a corpo que não admite passividade.

(Brasil, 2000, p.21).

Este capítulo é voltado à discussão da concepção de argumentação como atividade estruturante da linguagem (cf. 5.1), bem como à apresentação dos tipos de argumentos frequentes nos textos argumentativos (cf. 5.1.1) e à introdução do conceito de ponto de vista argumentativo e pontos de argumentação, temas por nós apresentados (cf. 5.1.2). Além disso, trazemos a noção de gêneros do discurso, sob a ótica da Escola de Sidney – que toma por base os princípios teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional – e da Nova Retórica – que é influenciada, principalmente, pelos pensamentos de Bakhtin (cf. 5.2). Por fim, caracterizamos a redação como prática social (cf. 5.3), mostrando a importância da proposta do Enem enquanto uma avaliação nacional que abarca questões sociais.

5.1

A argumentação na linguagem

Como dito no início deste trabalho (cf. Introdução), um dos itens a ser observado nesta pesquisa é como os alunos usam as vozes de julgamento para construir os seus argumentos. Para isso, precisamos considerar que a argumentação está diretamente relacionada ao propósito comunicativo da redação, devido ao fato de esse gênero ser usado para a adoção de uma tese e de argumentos que a sustentem.

Conforme Breton (2003), a argumentação é uma atividade inerente a todo ser humano, sendo essencial ao vínculo social. Desde quando nos comunicamos, estamos argumentando. Logo, a argumentação é uma prática de cunho social e é essencialmente dialógica, pois ocorre durante as relações sociais, em que a troca é

mediada a partir do uso da linguagem. Convém relacionar o princípio dialógico da argumentação ao princípio dialógico de linguagem, proposto por Bakhtin (cf. cap. 3, seção 3.2, p. 44), uma vez que a argumentação está na linguagem em uso, no momento em que nos comunicamos com outra pessoa.

Ao produzirmos um discurso, sempre nos apropriamos da língua com o objetivo de interagir socialmente, “instituindo-se como EU e constituindo, ao mesmo tempo, como interlocutor, o outro, que é por sua vez constitutivo do próprio EU” (Koch, 2011, p. 19, maiúsculas no original). Sob essa ótica, podemos afirmar que o texto argumentativo vai além da construção de uma tese que deve ser desenvolvida a partir de argumentos, conforme as definições tradicionais do termo. Para Breton (2003, p. 64), “argumentar é mais do que simplesmente conceber um argumento. É também, mais globalmente, comunicar, dirigir-se ao outro, propor-lhe boas razões para ser convencido a partilhar de uma opinião”.

Portanto, a argumentação é uma atividade estruturante de todo e qualquer discurso (Koch, 2011), pois o ser humano, constantemente, avalia, julga, critica, ou seja, forma juízos de valor. Quando criamos argumentos temos a intenção de influenciar o comportamento do outro, a fim de que ele (o outro) compartilhe as nossas opiniões. É por esse motivo que a argumentação trabalha ou no campo da razão ou no da emoção. Quando convencemos alguém daquilo que pensamos, estamos agindo no campo da razão, ou seja, estamos gerenciando informação, demonstrando e provando alguma coisa. Quando, por outro lado, persuadimos alguém, estamos no campo da emoção, isto é, estamos sensibilizando o outro a agir como nós (Abreu, 2006). Comunicar, então, não é apenas “um fazer saber, mas um fazer crer e fazer fazer” (Fiorin e Savioli, 2001, p. 284).

Saber argumentar é, por conseguinte, uma necessidade de todo o ser humano, pois em todos os momentos devemos expor nosso ponto de vista, de modo que o outro, no mínimo, aceite os nossos argumentos. Mesmo que o outro não venha a agir como nós, é preciso que ele fique convencido daquilo que defendemos. Tendo em vista a importância da argumentação nos dias atuais, podemos dizer que aquele aluno que não apreende as estratégias de como bem argumentar está sendo excluído desse universo social caracterizado pelas relações de trocas de ideias e opiniões. Conforme Breton advertiu:

Não saber tomar a palavra para convencer não seria, no final das contas, uma das grandes causas de exclusão? Uma sociedade que não propõe a todos os seus membros os meios para serem cidadãos, isto é, para terem uma verdadeira competência ao tomar a palavra, seria verdadeiramente democrática? (Breton, 2003, p. 19).

A prática de produção textual, especialmente a de textos argumentativos, é fundamental para a inserção do sujeito na sociedade, para que ele possa ter condições de argumentar e tomar a palavra de forma consciente. Propor a produção em sala de aula precisa ser o objetivo de todo professor que deseja que o seu aluno alcance êxito social, profissional e pessoal. Uma sociedade verdadeiramente democrática deve permitir aos seus indivíduos oportunidades de se expor criticamente no meio social em que vive.

5.1.1

Os tipos de argumentos

Como estamos analisando a redação dissertativo-argumentativa, é necessário abordar os tipos de argumentação que são mais utilizados nos textos dos alunos aqui pesquisados. Muitos estudantes lançam mão de argumentos diferenciados para construir suas opiniões acerca do tema proposto. Para isso, trazemos, basicamente, as contribuições dos estudos de Breton (2003), no que diz respeito à natureza da argumentação, mostrando algumas das suas divisões sobre os tipos de argumentos existentes.

Breton (2003) afirma que os pontos principais da estratégia argumentativa são a busca por um acordo prévio entre o orador e o auditório – aqui tidos como os participantes de uma interação, isto é, o falante/escritor e o ouvinte/leitor – e o vínculo tecido a partir do acordo estabelecido. Um dos objetivos da argumentação é, justamente, modificar o contexto de recepção de um auditório para poder ali introduzir uma opinião. A modificação desse contexto se realiza em duas etapas, descritas pelo autor, como o “duplo gatilho argumentativo”: a primeira, *enquadramento do real*, busca construir o real comum entre os participantes da interação e a segunda, *vínculos*, se apoia na construção de um vínculo entre o acordo e a opinião proposta.

A primeira fase do duplo gatilho argumentativo, o **enquadramento do real**, permite que uma opinião proposta encontre o seu lugar, desde que um vínculo seja

estabelecido, para que seja compartilhado, representando, então, o estabelecimento de um acordo prévio. Breton (2003) estipula três tipos de argumentos que têm por objetivo enquadrar o real – a afirmação pela *autoridade*, o apelo a *pressupostos comuns* e o *reenquadramento* do real – para que haja nele um lugar para a opinião proposta. No entanto, trarei apenas as duas primeiras categorias dentre as três propostas²³, pois essas são as que mais se aproximam dos tipos de argumentos utilizados pelos alunos participantes desta pesquisa.

A categoria de autoridade é construída pelos **argumentos de autoridade**, pois o real é descrito por alguém que tem autoridade de fazê-lo, para que ele seja aceito como verossímil. A natureza da autoridade se subdivide em *competência*, *experiência* e *testemunho*.

A **competência** diz respeito àqueles argumentos que pressupõem uma competência científica, técnica, moral ou profissional que irão legitimar uma dada opinião. A **experiência**, por sua vez, compreende os argumentos baseados em uma situação vivenciada por quem está argumentando, sendo muito frequente nos textos aqui analisados. O **testemunho**, por outro lado, lida com aqueles argumentos voltados para uma dada experiência que foi vivenciada por alguém que não corresponde ao enunciador, esse último apenas testemunhou o fato.

Os **pressupostos comuns**, segunda categoria do enquadramento do real, são utilizados com o intuito de avivar um pensamento comum, no qual, num segundo momento, colocará um vínculo com a opinião proposta. Tais pressupostos constituem-se a partir das *opiniões comuns*, dos *valores* e dos *pontos de vista*, porém, esse último não será abordado neste trabalho conforme proposto por Breton.

O recurso à **opinião comum** é, normalmente, um ponto de vista que se tornou um lugar comum, uma opinião “comumente aceita”, sendo aqui considerado como a opinião advinda do senso comum. A afirmação de **valores comuns**, por sua vez, se refere àqueles valores comuns compartilhados por uma dada comunidade.

O quadro a seguir exemplifica a primeira fase do duplo gatilho argumentativo:

²³ Para maiores informações sobre o reenquadramento, consultar Breton, 2003.

ARGUMENTOS		
Enquadramento do real		Exemplos possíveis
Autoridade	Competência	Competência científica
	Experiência	Experiência pessoal
	Testemunho	Testemunho de um fato vivenciado por outrem
Pressupostos Comuns	Opinião Comum	Opinião advinda do senso comum
	Valores Comuns	Valores comuns compartilhados por uma dada sociedade ou grupo de pessoas

Figura 5 – Primeira fase do duplo gatilho argumentativo – Enquadramento do real (a partir de Breton, 2003).

A segunda fase do duplo gatilho argumentativo, o **vínculo** com o acordo obtido, é o momento em que utilizamos os argumentos de ligação para complementar à opinião proposta, uma vez que os argumentos de enquadramento, para Breton (2003), não são suficientes para convencer, são apenas a primeira etapa do processo. O vínculo é formado por argumentos de duas ordens: o *dedutivo* e o *analógico*.

O **dedutivo** busca construir uma cadeia que será contínua e, de certa forma, lógica, entre elementos que têm uma relação forte. Os argumentos dedutivos são compostos por três outros argumentos²⁴ – os quase lógicos, os de reciprocidade e o causal. Todavia, tratarei, apenas, dos *causais*, pois os demais não são tão recorrentes nos dados aqui analisados. O argumento **causal** consiste na transformação de uma opinião que se quer manter em uma causa ou em um efeito de algo sobre o qual exista um acordo.

O **analógico** implica um raciocínio que ligue duas zonas do real, ou seja, uma opinião que defendemos e que pode ser colocada em relação com outra opinião aceita pelo auditório, ou pelo nosso interlocutor. Nos argumentos dedutivos, o acordo prévio deve ser construído ao longo de uma cadeia contínua, ao contrário do analógico que, segundo Breton (2003, p. 131), se faz “em um espaço descontínuo, em que a palavra se permite saltos que ela teria dificuldade em justificar explicitamente em outras circunstâncias”. Assim, o analógico pode ser feito através de três argumentos: *comparação*, *exemplo* e *metáfora*.

²⁴ Para mais informações sobre os argumentos dedutivos, consultar Breton (2003).

A **comparação** é um recurso muito usado na argumentação e consiste em estabelecer um vínculo entre duas realidades, de modo a colocá-las de maneira aceitável, produzindo uma transferência de qualidade de uma realidade para a outra. O argumento pelo **exemplo** consiste em uma apresentação de um exemplo/modelo tido como prático, eficaz e, muitas vezes, mais espontâneo do que refletido. A **metáfora**, por outro lado, é uma elipse da analogia e pode ser um argumento a partir do momento em que ela serve para convencer. Breton (2003, p. 135) diz que ela só é um argumento quando “é colocada a serviço da defesa de uma tese ou de uma opinião”.

A próxima figura nos ajuda a observar melhor como se dá a composição da segunda fase do duplo gatilho argumentativo:

ARGUMENTOS		
Vínculos		Exemplos possíveis
Dedutivo	Causal	Transformação de uma opinião em uma causa
Analogico	Comparação	Estabelecimento de um vínculo/comparação entre duas realidades
	Exemplo	Exemplificação de um modelo prático
	Metáfora	Elipse da analogia

Figura 6 – Segunda fase do duplo gatilho argumentativo – Vínculos (a partir de Breton, 2003).

Praticamente todos os argumentos, apresentados nas figuras 5 e 6 acima, foram utilizados de formas variadas nas redações dos alunos, uns com mais frequência do que outros, ajudando-nos a observar que o texto argumentativo é composto por diversos tipos de argumentos. Esses, por sua vez, são construídos a partir das vozes de julgamento, que trazem visões de mundo baseadas em experiências pessoais e em enunciados originários de discursos sociais, constituídos por pontos de argumentação, muitas vezes, distintos, como observaremos na próxima subseção.

5.1.2

Ponto de vista argumentativo e pontos de argumentação

Levando em conta que o ato de argumentar é inerente à produção da linguagem, podemos concluir que, independentemente da forma como é feita, todo o ser humano argumenta. Todavia, é na escola que a pessoa pode adquirir formas diversas de aprimorar e sistematizar esse ato, utilizando, por exemplo, os diversos tipos de argumentos existentes, como os descritos na subseção anterior.

Os alunos participantes deste estudo, até o momento da pesquisa, não tinham aulas de produção textual, apenas de gramática e de literatura, sendo que essa última acontecia esporadicamente. Desse modo, demonstravam conhecer pouco sobre o texto dissertativo-argumentativo, o que fez com que eles apresentassem algumas dificuldades com a estrutura do gênero redação. Apesar disso, muitos argumentavam, já que todo texto subjaz uma ideologia e todo ser humano é dotado de opinião, crenças e valores, com os quais o mesmo deseja compartilhar. Além do mais, muitos alunos usavam argumentos diversificados em seus textos, possivelmente porque as vozes carregam enunciados sociais que correspondem a discursos originários do senso comum, da mídia, das suas experiências pessoais, entre outros.

Neste trabalho, proponho, então, dois conceitos que identifiquei como recorrentes no processo argumentativo: o *ponto de vista argumentativo* e os *pontos de argumentação*. O **ponto de vista argumentativo** é mais global e corresponde ao significado total do texto, isto é, ao ponto de vista central defendido na redação, geralmente podendo ser associado à própria tese. Como já dissemos, todos os textos têm argumentação, e, por conseguinte, podemos afirmar que todo texto tem um ponto de vista argumentativo, visto que por trás de um enunciado há uma ideia que se pretende defender e compartilhar. Contudo, não necessariamente todo texto possui uma tese, uma vez que a proposição da mesma depende da habilidade do escritor em propô-la e sustentá-la, conforme veremos na análise de algumas redações aqui investigadas.

Acreditamos que os **pontos de argumentação**, por outro lado, são específicos do texto argumentativo, pois são mais localizados, portanto, podem ser associados aos tipos de argumentos, ao mesmo tempo em que compõem o ponto de vista central. Algumas vezes esses pontos se contrapõem à opinião

defendida pelo aluno. Desse modo, existem redações compostas por pontos de argumentação que, por vezes, são contraditórios e que comprometem o desencadeamento do texto, provavelmente pela falta de domínio do aluno com a prática escrita, impactando na falta de coesão e na construção de significados do texto.

Defendemos a ideia de que, nos dados aqui analisados, os pontos de argumentação se compõem a partir de vozes de julgamento. Certamente, o afeto está presente nas situações argumentativas, sendo essas situações constituídas por elementos emocionais, advindos, muitas vezes, das próprias experiências pessoais dos sujeitos. Para Plantin (2008, p. 124), “é impossível construir um ponto de vista, um interesse, sem a eles associar um afeto, dado que as regras de construção e de justificação dos afetos não são diferentes das regras de construção e de justificativa dos pontos de vista”.

Logo, as redações produzidas pelos alunos são textos que trazem o ponto de vista argumentativo constituído com base em pontos de argumentação, sendo ambos permeados por vozes de julgamento, além de ressaltar que todo texto é composto por vários discursos ideológicos. Há, no processo de produção textual, um escrevente que se posiciona e se constrói enquanto sujeito no momento em que escreve/produz determinado gênero, em nosso caso, a redação.

O gênero que será tratado neste trabalho é a redação de estrutura dissertativo-argumentativa, mais especificamente aquela cobrada nos exames vestibulares, especialmente no estilo Enem, por ser uma avaliação nacional que tem sido feita por inúmeros alunos que desejam ingressar em uma universidade. O aluno precisa se adequar às características textuais desse gênero, que é composto, basicamente, pela argumentação.

5.2

Os gêneros discursivos

Neste trabalho, considero a redação²⁵ um gênero por ser um texto que se caracteriza por aspectos sociocomunicativos, estando relacionado ao contexto no qual foi produzido e sendo resultado do contexto em que se desenvolveu. As redações aqui analisadas trazem ideologias sociais e refletem posicionamentos

²⁵ Os termos redação, redação escolar e redação dissertativo-argumentativa serão usados nesta pesquisa de forma intercambiável.

voltados para o contexto de sua produção. Os pontos de vista dos alunos dizem respeito às suas experiências enquanto seres sociais e históricos, visto que seus discursos se constroem a partir do diálogo contínuo com outros discursos da sociedade, trazendo cada um deles um posicionamento ideológico.

Tendo em vista que consideramos a redação um gênero textual, precisamos esclarecer a diferença existente entre tipo textual e gênero textual, termos que, normalmente, não são definidos de modo explícito, sendo tratados, muitas vezes, de formas similares. Marcuschi diferencia esses termos da seguinte maneira:

(a) Tipo textual designa uma espécie de construção teórica {em geral uma sequência subjacente aos textos} definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo}.

(b) Gênero textual refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (Marcuschi, 2008, p. 154-155).

Como podemos perceber, os tipos textuais têm uma natureza estritamente linguística, isto é, são as unidades linguísticas que definem um tipo textual. Em contrapartida, os gêneros se definem por suas características sociocomunicativas, ou seja, pelo contexto em que foram produzidos. Portanto, para Marcuschi, os tipos textuais se apoiam mais em critérios internos (linguísticos e formais), enquanto os gêneros em critérios externos (sociocomunicativos e discursivos). Além disso, o tipo textual corresponde à constituição linguística dos enunciados que ocorrem dentro dos gêneros, uma vez que todo gênero é formado por um tipo textual, isto é, todo gênero é composto por uma sequência tipológica ou por diferentes sequências tipológicas. Por esse motivo, temos textos que apresentam partes descritivas, narrativas e argumentativas, simultaneamente. Quando classificamos um texto como narrativo, descritivo ou argumentativo, não estamos determinando o gênero, mas a tipologia textual predominante no mesmo.

Conforme já salientamos, o gênero tratado neste trabalho é a redação de estrutura dissertativa – mais especificamente aquela cobrada nos exames vestibulares, principalmente no estilo Enem – do tipo argumentativo. O aluno

precisa se adequar às características textuais desse gênero, que é composto, basicamente, pela argumentação. Contudo, sabemos que a redação pode apresentar, ao mesmo tempo, outras sequências tipológicas, mas tais sequências precisam trabalhar a serviço da argumentação.

Portanto, podemos afirmar que os gêneros discursivos – ou gêneros textuais²⁶ – permeiam todas as atividades sociais, uma vez que ao falarmos ou escrevermos nas diferentes situações comunicativas, estamos produzindo algum gênero textual. Segundo Marcuschi (2008), a comunicação verbal se dá por meio de algum gênero, comentando o autor que é impossível nos comunicarmos verbalmente a não ser através de um gênero.

Assim, consideramos o gênero discursivo a partir da visão de Martin (2000b) – autor influente na Escola de Sidney – e Miller (1994) – uma das principais representantes da Nova Retórica – que enfocam a importância do aspecto social na configuração do mesmo. Martin enfatiza os aspectos sociais, indo além do textual, buscando uma relação entre os gêneros, que ultrapassaria o contexto de situação. Por essa razão, utilizaremos, neste trabalho, a perspectiva de Martin, que relaciona os gêneros aos processos sociais, em diálogo com a perspectiva de Miller (1994).

Para Miller (1994), os gêneros são caracterizados como formas de ação social, isto é, como ações retóricas tipificadas produzidas em resposta a situações sociais recorrentes. A partir dessa ótica social, “os gêneros são responsáveis por organizar a experiência humana, atribuindo-lhe sentido; são os meios pelos quais vemos e interpretamos o mundo e nele agimos” (Carvalho, 2005, p. 133).

O desenvolvimento das pesquisas na Nova Retórica coincidiu com a retomada dos pensamentos bakhtinianos, que tiveram grandes influências nos trabalhos dessa perspectiva (Almeida, 2002). A questão social, tão importante para os estudos bakhtinianos, compõe o modelo teórico proposto pela Nova Retórica. Desse modo, o princípio de alteridade – que corresponde à influência da presença do outro no discurso – advindo dos estudos bakhtinianos é partilhado pela Nova Retórica, visto que para entender um gênero como ação social é preciso reconhecer a importância do outro na interação. Os gêneros, do mesmo modo que respondem a contextos específicos, também os reformulam durante o processo de

²⁶ Usarei, neste trabalho, as denominações “gênero textual” e “gênero discursivo”, como sendo sinônimos, embora haja preferências de diferentes autores por um ou outro termo.

resposta. Logo, podemos dizer que seus significados são negociados e construídos na interação social.

Apesar de terem posicionamentos um pouco diferentes quanto à temática do gênero, as duas escolas supracitadas são importantes para este trabalho, uma vez que ambas enfatizam o aspecto social: na Escola de Sidney, representada, sobretudo, por Martin (2000b), o gênero é um processo social, enquanto na Nova Retórica é uma ação social (Miller, 1994). Utilizarei ambas escolas propondo uma definição de gênero baseada na concepção de síntese e complementaridade das ideias. Sob esse ponto de vista, o **gênero discursivo** será entendido nesta pesquisa como um processo social e como ação social, que é envolvido pelo seu contexto de produção e que surge em resposta a determinadas situações sendo, consequentemente, influenciado pela presença do outro (Halliday e Hasan, 1989; Martin, 1992, 2000b; Miller, 1994; Freedman, 1999; Bazerman, 2005 e Bakhtin, 2003).

5.3

O gênero redação como prática social

Como discutido na seção anterior, o gênero é uma atividade social, envolvido por um contexto de produção, que surge em resposta a enunciados anteriores. Por isso, torna-se relevante analisar o gênero redação como prática social, já que o seu domínio é fundamental para a inserção do aluno na sociedade (cf. cap. 2, p. 34). Além disso, a utilização desse gênero em sala de aula – contexto de produção aqui analisado – pode servir como meio de o professor desenvolver a competência argumentativa do aluno, ajudando-o a desenvolver habilidades fundamentais para o convívio social, tais como o uso de diferentes estratégias argumentativas dependendo da situação comunicativa em que estiver interagindo.

Além de ser uma ação e um processo social, a redação é um gênero que atende a propósitos específicos, pois de um lado temos os alunos que escrevem e de outro o professor que lê, configurando uma dada situação de interlocução²⁷. Nos vestibulares, por exemplo, é a banca examinadora que lê e avalia os textos produzidos pelos participantes do exame. Independente de quem seja o leitor do

²⁷ Em nosso caso, temos a pesquisadora como interlocutora direta dos textos produzidos pelos alunos.

texto, o mesmo foi escrito por uma pessoa que tem suas crenças, cujo objetivo é compartilhar determinado ponto de vista, sendo, então, caracterizado como um texto argumentativo e uma atividade de cunho estritamente social. Na realidade, o interlocutor do texto acaba sendo o outro para quem o escritor dirige o seu enunciado.

Como o gênero é resultado de um processo social, ele está vinculado às relações entre o aluno e o seu trabalho com a linguagem durante a sua produção escrita. Portanto, a prática de produção textual está voltada para o uso da língua em um contexto específico, que envolve o sujeito, sociohistoricamente construído, e o gênero que se constitui socialmente.

Uma vez que o nosso objetivo está na análise da produção do texto argumentativo, tomamos por base a redação do Enem, de estrutura dissertativa, do tipo argumentativo. Além de ser uma avaliação nacional que tem sido feita por inúmeros alunos que desejam ingressar em uma universidade, espera-se que seja foco de estudo do 3º ano do Ensino Médio.

Segundo as diretrizes apontadas em “A redação no Enem 2012 – Guia do participante”²⁸, o texto dissertativo- argumentativo é “um texto opinativo que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto” (Brasil, 2012, p.17). O texto, segundo o Guia, é considerado argumentativo por defender uma tese, uma opinião e é dissertativo porque se utiliza de explicações para justificá-la.

A exploração da redação do Enem é relevante para esta pesquisa, uma vez que procuramos basear nossa proposta nesse estilo de prova (cf. cap. 6). Além disso, as redações do Enem geralmente abarcam questões sociais, em que o aluno precisa discutir assuntos polêmicos que envolvem a sociedade, apresentando uma proposta de intervenção social ao final do seu texto. Assim, nossa proposta de redação, cujo objetivo era o desenvolvimento do tema que abrange a escrita em língua portuguesa na escola e sua importância (ou não) para a inclusão social, compreende uma questão atual, que é alvo de inúmeras reportagens e pesquisas (cf. cap. 2), sendo um tema importante para o aluno expor o seu ponto de vista.

²⁸ Documento nacional que trata da metodologia de correção da redação do Enem. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/guia_participante_redacao_e_nem2012.pdf. Acesso em: 04 jan. 2013.

Depois de formar o quadro teórico que irá nortear este trabalho, é essencial mostrar as etapas que foram necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa. O próximo capítulo tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos adotados na produção dos dados, bem como os que serão adotados na análise dos mesmos.